



Eições de 17 de Outubro de 2020

PROGRAMA

Com a tua participação e decisão, o Bloco será + forte !

- **A crise pandémica do Covid-19 mudou as nossas vidas diárias** e acentuou a crise do sistema capitalista. **A crise pandémica** acentuou e expôs as profundas desigualdades sociais existentes.
- **Pôs a nu os problemas estruturais do país e da nossa cidade**, a monocultura do turismo, a crise na habitação, a expulsão dos trabalhadores e da população da cidade de Lisboa, agravado com os custos da capitalidade, o desmantelamento e desinvestimento nos transportes e nos serviços de saúde, a gravidade da precariedade laboral, dos baixos salários e dos problemas das condições de vida das populações atiradas para as periferias urbanas.
- Os elevados níveis de contágio que têm sido verificados na Área Metropolitana de Lisboa são consequência daqueles défices estruturais e das desigualdades que não foram tidas em conta nas medidas inicialmente tomadas.
- A declaração do estado de emergência colocou em causa princípios constitucionais da democracia, como o direito à greve, à manifestação e o direito de resistência, sem proibir os despedimentos, sem garantir um rendimento sustentável e digno para todos os cidadãos afetados pela pandemia. Foi o estado de emergência do capital. O estado de calamidade e de medidas de proteção de saúde pública teriam respondido a todos os que consideravam que há mais tempo deveriam ter sido tomadas medidas para controlo das cadeias de transmissão, de controlo de segurança na entrada e saída do país, entre outras.
- **O novo ciclo político iniciado** com as eleições legislativas que deram um governo PS reforçado, mas sem maioria absoluta, exige um Bloco que se afirme como uma oposição com propostas e capacidade negocial, mas claramente reivindicativo e defensor de uma alternativa social, em oposição às políticas do centrão, continuando a luta por melhores condições de vida e trabalho (+ salários + emprego, fim da precariedade), na **construção de maiorias sociais que afirmem o Bloco como alternativa popular e ecosocialista ao nível local e nacional**.
- Só a mobilização social pode tornar sustentável a recuperação e trilhar novos caminhos para uma maior justiça social, contra o estrangulamento da U.E., que confronte a direita e o PS nas escolhas dos caminhos a seguir.

A palavra aos aderentes!

- Quando decidimos “COMEÇAR DE NOVO” fomos todos/as convocados para tomar em mãos a construção de um novo movimento plural capaz de se constituir como alternativa na política nacional.

“É daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança.”

O Bloco tem de fazer a diferença, aberto à sociedade, onde a democracia seja plena e transparente, onde todos/as tenham papel, onde todos/as contem!

. **Na cidade de Lisboa temos um ACORDO positivo com o PS** para a governação. Importa fazer um balanço sério, agora que caminhamos para o último ano de mandato. O BE assumiu o pelouro dos direitos sociais, mas o acordo é muito mais vasto e prioriza o direito à habitação, contra todos os despejos e de defesa do património municipal, o planeamento do território e o urbanismo, a saúde e os direitos sociais, os transportes e o direito à mobilidade.

. Não pode haver qualquer cedência nas lutas necessárias **contra**: as injustiças da lei Cristas, todos os despejos, a pobreza e as discriminações, pelo efetivo direito à habitação não deixando o urbanismo nas mãos da especulação imobiliária, defendendo o Estado social, o ambiente e a participação cidadã.

1. O direito à cidade conquista-se à esquerda, a diferença está nas nossas mãos!

O Direito à Cidade choca com a visão mercantilista e neoliberal da cidade.

Direito à cidade é todos/as poderem aceder aos bens que a cidade inclusiva e participativa deve proporcionar: habitação, transportes, espaço público, serviços públicos, saúde, educação, cultura e segurança. Lisboa é a cidade com menor número de médicos de família por habitante. Precisa de mais centros de saúde e de médicos de saúde familiar. É à esquerda que a função social da cidade tem de ser prioritária e conquistada.

Um bloco que assume as questões da urbe, da participação e democracia, do trabalho e dos direitos sociais, da educação e da cultura, das mulheres, da população LGBTI e das comunidades imigrantes, da cidade sénior e dos direitos a um envelhecimento mais ativo (criação de novos apoios para os idosos, lares e centros de dia), dos apoios às crianças (mais creches públicas e uma requalificação do parque escolar), da multiculturalidade e do antirracismo, no respeito pela luta ambiental e o equilíbrio no usufruto da cidade entre as pessoas e os animais. **Discriminações são atentados ao direito pleno à cidade.**

A ação do Bloco não se pode restringir às conversas pessoais com o presidente da CML. Tem de assumir posição permanente e independente na comunicação social, promover ações de rua em luta pelos objetivos políticos, promover abaixo assinados, mobilizar a população exigindo o cumprimento do acordo. **O discurso não pode ser: “não podemos fazer mais porque temos apenas um vereador”. A nossa ação tem de afirmar permanentemente que O NOSSO VEREADOR FAZ A DIFERENÇA.**

2. Um bom acordo. Uma má execução

O Bloco assumiu responsabilidades na vereação do governo da cidade, com um plano político, sufragado pelas pessoas, que nós apoiámos e apoiamos e que nos coloca a exigência máxima, na resolução dos principais problemas da cidade e das pessoas, pelo que temos obrigação de fazer um balanço sério.

As eleições autárquicas de 2017 impuseram, pela força do voto popular, um vereador do Bloco, um programa claro e total autonomia e permitiram um acordo para a governação da Cidade com o PS.

O acordo tinha como principal objetivo contribuir para mudar a vida das pessoas na cidade: um programa de habitação pública que colocasse milhares de casas a renda acessível como modo de combater a especulação imobiliária, novas regras para o alojamento local, mais transportes públicos, extensão do Metro para a zona Ocidental, manuais escolares gratuitos, requalificação e reequipamento das escolas, melhoria da qualidade das refeições escolares, automatismo da tarifa social da água, salas de consumo assistido, reforço das respostas para a saúde, melhores respostas à população sénior, acabar com a precariedade nos quadros da câmara, mais transparência e participação nas decisões da Câmara Municipal.

O objetivo de colocar no mercado milhares de casas do município ou do estado, com rendas acessíveis, continua por cumprir. Já foram colocadas algumas, mas são uma gota de água para as necessidades de Lisboa e para contrariar as rendas especulativas.

Continua em falta um forte trabalho no aprofundamento da reabilitação dos Bairros Municipais e na ampliação da capacidade de atribuição de casa a tantas e tantas famílias que necessitam de uma habitação social.

Erradamente, o BE na CML viabilizou a nova Orgânica da Câmara e reforço dos poderes de algumas empresas municipais (contrariando toda a política sempre defendida pelo Bloco pelo fim das empresas municipais), nomeadamente a EMEL, a Gebalis e da SRU, criando autênticas “câmaras paralelas”, de difícil escrutínio público e democrático, e que abriu caminho para o então vereador Manuel Salgado assumir a frente dos negócios das obras a realizar na cidade de Lisboa.

Erradamente, foi viabilizado o plano para a especulação nos terrenos de Entrecampos (antiga Feira Popular) que envolvia a reconversão dos edifícios da Segurança Social para habitação a renda acessível (programa público), envolvendo ainda a posterior atribuição de um terreno camarário para a construção de um parque de estacionamento. (O processo encontra-se parado no Tribunal de Contas)

Erradamente, foram viabilizados os benefícios fiscais no valor de 2 milhões de Euros atribuídos à empresa “Liberdade 203” nos edifícios da Av. Da Liberdade. No Regulamento Municipal do Património Municipal aprovado não foi condicionada a possibilidade de alienação a entidades privadas, aumentando o valor mínimo da receita proveniente dessas alienações destinado ao fundo de sustentabilidade e salvaguardando, ainda mais, o direito de superfície, em detrimento da alienação.

Erradamente, foi viabilizada a proposta de Medina da Renda Segura que não é mais do que a defesa da especulação imobiliária, com a CML a pagar aos senhorios rendas elevadas, ou seja a CML a alimentar com os impostos dos lisboetas as rendas especulativas.

Claro que acompanhamos com agrado o trabalho do BE, nomeadamente nas exigentes áreas e competências como as da Educação, Saúde, Direitos Sociais e Cidadania. Porém, no caminho para a ponderação de 3 anos de Acordo na governação do Município de Lisboa com o PS é inevitável constatar que grande parte do Acordo PS-BE não está cumprido, com a generalidade das metas temporais ultrapassadas e incumpridas. O nível de exigência para que a maioria municipal cumpra o acordo que estabeleceu com o Bloco tem de aumentar.

3. Propostas para enfrentar a crise

3.1. Direito à Habitação

Os princípios que norteiam a nossa acção são a devolução de Lisboa ao povo e aos trabalhadores de Lisboa: municipalização dos solos urbanos, expropriação dos fundos imobiliários e de todos os veículos de especulação imobiliária, o planeamento e urbanismo, num programa massivo de construção, reabilitação e urbanização a preços apoiados e acessíveis.

3.1.1. PER (um novo programa de desenvolvimento de habitação pública) – A Câmara Municipal de Lisboa (CML) que inicie com urgência negociações com o Governo no sentido do desenvolvimento de um Plano Estratégico da Habitação e Realojamento a encomendar com urgência a uma instituição académica conjuntamente com o IHRU, mobilizando imóveis do poder central, da CML, do IHRU, da Sta Casa da Misericórdia de Lisboa e até de particulares, num programa público de reabilitação urbana associado ao desenvolvimento de uma bolsa pública de habitação para arrendamento a preços acessíveis e integrando o programa local de habitação, dando realidade à Lei de Bases da Habitação colocando no mercado uma percentagem acentuada de habitação pública (devemos caminhar com o objetivo de 30% do parque habitacional ser público);

3.1.2. O Governo cancelou a venda de centenas de edifícios do espólio do falido BPN. Propor de imediato que o Governo em conjunto com a CML coloque esses prédios para habitação pública no programa público de renda acessível;

3.1.3. A CML tem direito de preferência nas transações imobiliárias na cidade de Lisboa. Usar este direito com muito mais atenção e assertividade como forma de adquirir prédios ou fogos para colocar no programa público de renda acessível, ao preço predial actualizado pelas finanças;

3.1.4. Necessário que esse repovoamento se faça ocupando o edificado construído da cidade;

3.1.5. Concretizar a dotação do parque habitacional municipal de frações, edifícios ou terrenos suscetíveis de **assegurar progressivamente o acesso à habitação a mais 25.000 pessoas**, face à atual oferta de habitação municipal, conferindo assim a possibilidade ao Município de intervir no mercado imobiliário a qualquer momento e de garantir o acesso ao Direito à Habitação;

3.1.6. Concretizar o acordado dentro do **novo pilar no Programa de Renda Acessível, integralmente financiado pelo Município** ou em parceria com entidades públicas, que deve **atingir 3000 fogos até ao final do mandato**. Objetivo no acordo de 2017 era: 500 fogos em 2019, 750 fogos em 2020 e 1750 fogos em 2021.

3.1.6.1. Propor a revogação imediata do Programa de Fernando Medina da Renda segura.

3.1.7. Prosseguir a reabilitação dos Bairros Municipais visando a melhoria das condições de habitabilidade e de eficiência energética.

3.1.8. Concretizar e estabelecer com Instituições de Ensino Superior e com a Administração Central um **programa de residências universitárias**.

3.2. Ecologia da cidade conquistam-se com justiça social, territorial, ambiental e energética!

Na luta pelo direito à Cidade, é preciso defender um programa de Justiça Social e Económica, em que o objectivo de criar um programa de transição ecológica e energética define eixos estratégicos de criação de emprego com trabalho cooperativo e comunitário de modo a todos/as poderem usufruir dos bens e serviços públicos que a cidade inclusiva proporciona.

Não há mercado no espaço, no tempo e no serviço público da habitação, do transporte, da saúde, da educação, da cultura e da segurança; há outro sim, um planeamento e organização destes bens e serviços para a comunidade municipal e intermunicipal poder construir uma sociedade resiliente e sustentável, uma sociedade em que o Cidadão tem a palavra e poder de organizar, propor e decidir

respostas coerentes e consequentes de integração social e territorial com os bens colectivos, sociais e económicos e escolher a equipa que os executa.

. **Cidade de Proximidade, a Cidade da Boa Vizinhança exige o usufruto pelo cidadão de todos os espaços públicos, como todo o espaço ribeirinho e as fontes de primeira necessidade como a água.**

3.3. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO (concretização)

3.3.1. Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), visando uma maior disciplina urbanística e do uso do solo e uma maior proteção do património cultural e ambiental:

1. A abertura de procedimento de alteração simplificada do PDM com vista ao alargamento da lista de bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis;
2. Iniciar a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, ou outros adequados ao mesmo fim, tendo em vista a efectivação do ponto anterior, com a **fixação de um mapa de quotas**;
3. **Percentagem mínima de 25%** do edificado, nas novas construções ou operações de reabilitação, destinada a **habitação para a renda acessível**. Alteração dos instrumentos de gestão territorial.
4. Garantir nos termos do RMUEL a prévia sujeição a **discussão pública** do licenciamento de todas as operações de loteamento com significativa relevância
5. **Combate à manutenção abusiva de direitos urbanísticos adquiridos.**
6. **Municipalização dos solos**
7. **Expropriação dos fundos imobiliários**

3.4. Mobilidade só tem resposta nos transportes públicos

3.4.1. Descarbonizar a cidade – arejar as mentalidades

A mobilidade em Lisboa é um dos principais problemas da cidade

A cidade organizada em função do automóvel é o maior contrassenso quando se quer combater as alterações climáticas, defender o ambiente e a qualidade de vida urbana.

A limitação da entrada de carros nas áreas centrais de Lisboa e o transporte público não poluente fazem parte da solução. A mudança começa já na maior oferta de transporte público com **passo social e bilhete universal e gratuito para todos os transportes públicos à escala metropolitana**. Não podemos continuar à espera, a descarbonização já era para ontem.

. **É preciso mais Faixas de Bus** – São necessárias muito mais Faixas de Bus nas ruas e avenidas da cidade, alterando a circulação dos veículos privados se necessário.

A política de desinvestimento nos transportes públicos deixou uma pesada herança. É preciso uma aposta nos transportes públicos e na mobilidade elétrica (Metro, elétricos e autocarros elétricos e CP), que reduza os preços e aumente a qualidade, com menores tempos de espera e com uma rede que chegue a toda a cidade. **Os meios de transporte suaves são também uma aposta ecológica para a melhoria da mobilidade por toda a cidade, especialmente quando estão articulados com os meios mais pesados de transporte.**

3.4.2. Criação de parques de estacionamento dissuasores nas entradas de Lisboa com qualidade e segurança onde quem tiver passe social terá a gratuitidade do parque

3.4.3. Renegociação com o Governo sobre a expansão da rede de Metropolitano, incluindo a extensão da linha para a zona ocidental de Lisboa.

- Aplicação imediata: **Plano de Mobilidade da Zona Ocidental**. Este Plano inclui reforço da rede de transportes com mais carreiras e *horários*, com especial incidência nas zonas mais carenciadas. O Plano devia estar concluído até final do primeiro trimestre de 2018 e as medidas urgentes de reforço aplicadas

até final do primeiro semestre de 2018. O Plano consagrava também novos equipamentos (rede de elétricos rápidos) articulados com os interfaces daquela zona da cidade;

- Contratação de **novos motoristas** e a compra de **novos autocarros**;

- Melhoria da Rede de Elétricos explorada pela Carris através das seguintes medidas:

a) Investimento na aquisição de pelo menos **30 novos elétricos**, com melhores condições de conforto, segurança e acessibilidade;

b) **Expansão da linha 15-E** até ao Parque das Nações e a Sacavém.

- Criação da linha circular da CP que ligue os concelhos da Margem Sul a Lisboa com uma nova ponte na zona oriental de Lisboa EXCLUSIVAMENTE para comboios. Somos contra nova ponte rodoviária ou mista com acesso a Lisboa

3.5. Infraestruturas aeroportuária

3.5.1. Ao fim de quase 8 décadas, está na hora de haver um plano para as infraestruturas aeroportuárias que permita uma diminuição faseada da operação no Aeroporto Humberto Delgado.

3.5.2. Movimentos têm vindo a contestar a construção do chamado aeroporto complementar no Montijo devido aos graves problemas ambientais, de segurança e saúde para as populações, mas também porque visa aumentar e perpetuar a operação na Portela. Os movimentos afirmam: “Não queremos mais aviões em Lisboa nem queremos aviões no Montijo!”

4. SOLIDIFICAR REDE DE AUTARCAS E DE ORGANIZAÇÃO EM TODA A CIDADE

Reforçar rede de influência, de ação e organização a partir das freguesias e da cidadania – Todas/os são precisos, todos/as têm lugar

O alargamento e consolidação da influência política na cidade começa nas freguesias, na proximidade e na comunicação que geram. Em espaços de acesso dos cidadãos. A nossa presença autárquica em 19 freguesias cria oportunidades e responsabilidades ao Bloco.

Reforçar a interação entre a organização e o trabalho em rede de todos os autarcas de freguesia e entre estes e os eleitos nos órgãos do município é uma prioridade.

É o trabalho de proximidade em ligação permanente com a população que permite um melhor conhecimento dos seus problemas e propostas de solução. A plena intervenção do Bloco ao nível dos órgãos do município só será possível se estiver em permanente diálogo com esta rede de autarcas das freguesias e dos diversos ativistas e grupos de trabalho sectorial.

Um projeto político que não chega aos locais, às freguesias e aos bairros, é um projeto fechado e elitista. Faremos reuniões mensais com todos os/as autarcas para fazer circular informação, articular propostas, preparar apoio mútuo e dinamizar iniciativas dentro e fora das autarquias.

Fomentaremos a criação de núcleos com base em grupos de Freguesias, para estimular o trabalho nelas, incentivar a atividade organizada com os autarcas, iniciando o trabalho de preparação das listas para as eleições autárquicas.

O órgão político da cidade de Lisboa do Bloco é a concelhia. É a ela que compete definir as linhas orientadoras da atividade do bloco na Câmara e na Assembleia Municipal. Todas as agendas das reuniões de Câmara e Assembleia devem ser distribuídas a todos os elementos da concelhia mal cheguem ao gabinete do bloco na Câmara ou na Assembleia. Todos os documentos estruturantes como: Orçamento e Plano, reestruturação dos serviços municipais, quadro de pessoal, operações urbanísticas (PDM, Planos de Pormenor, de Urbanização, de loteamento, etc), licenciamentos de obras com impacto na cidade, criação de taxas, devem previamente ser discutidas na concelhia ficando o gabinete obrigado a cumprir as decisões tomadas.

A concelhia compromete-se a acompanhar o vereador em todas as ações que visem fazer cumprir, por parte do PS, o acordo assinado.

A nossa política começa nos bairros e nas freguesias e estende-se até aos órgãos municipais. Todos/as são precisos. Todas/os têm lugar. Temos que aumentar a capacidade de intervenção e decisão local.

Lisboa, 22 de Setembro de 2020

Mandatário: João Bau